JORNAL APROFEM

ANO XLIV – Nº 247 – MAI/JUN 2026

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

SEDE PRÓPRIA: RUA HUMAITÁ, 483 – BELA VISTA – SÃO PAULO/SP – CEP 01321-010 – CENTRAL DE ATENDIMENTO: 3292-5500 – PORTAL: *www.aprofem.com.br*

APROFEM 45 –ANOS–

REPRESENTATIVIDADE, COMPROMISSO E CONQUISTAS

EDITORIAL

Combatendo o mal

O desenrolar da Campanha Salarial dos servidores municipais da Capital neste primeiro semestre confirmou a imutabilidade do viés cruel e tendencioso do nosso prefeito e parte de seu séquito, refratários a quaisquer concessões identificáveis como valorização dos servidores municipais, quer salariais, quer de condições dignas e salutares de trabalho.

Com o apoio da sua súcia de vereadores, que representam a maioria na Câmara Municipal, fez aprovar lei que concede pífia reposição inflacionária aos salários, bem como achata e segmenta os pisos salariais dos Profissionais de Educação. Fez embutir na mesma lei uma série de alterações legais estranhas à finalidade da mesma, todas questionáveis e afrontosas aos interesses dos servidores.

As entidades representativas dos servidores, com a sua esperada unidade de atuação comprometida pela ação de uns poucos, sequer foram previamente ouvidas.

A inevitável judicialização de alguns temas, os termos do Protocolo de Intenções firmado entre as partes, a questionada regulamentação da reposição das ausências, os próximos passos da atuação da Entidade são alguns assuntos já publicizados amplamente, inclusive no corpo deste *Jornal*.

O nosso desafio, com o indispensável apoio dos nossos Representantes Sindicais e tratado nas reuniões específicas, será prover as Equipes Escolares (bem como de outras Unidades municipais não educacionais, interessadas) de material institucional para análise de conteúdo e estratégias, visando a um trabalho de esclarecimento e convencimento da comunidade usuária (alunos, pais/responsáveis, lideranças ...) acerca da falaciosa narrativa do prefeito, que busca o apoio (e os votos!) da população para a privatização do Ensino Municipal e outros serviços, às custas da estigmatização dos Profissionais estatutários.

RESISTAMOS A ISSO!



EDIÇÃO ELETRÔNICA DISPONIBILIZADA NO ***PORTAL APROFEM***

Fechamento desta edição: 18/06/2026

Campanha Salarial – 2026

Reposição das Paralisações

A Secretaria Municipal de Educação (SME) publicou a Instrução Normativa nº 24/2026, que dispõe sobre a reposição dos dias não trabalhados pelos servidores em decorrência das paralisações e da greve da categoria. Segundo a IN nº 24/2026, a reposição deve ocorrer até o dia 22/12/2026.

Não aceitamos em silêncio.

A Prefeitura publicou a Portaria nº 47/2026 (SEGES) e a Instrução Normativa nº 24/2026 (SME), regulamentando a reposição. Analisamos os dois documentos e identificamos pontos que contradizem o Acordo firmado, razão pela qual entramos com petição no Dissídio Coletivo requerendo a regularização imediata do SIGPEC, a devolução dos valores para quem já aderiu ao plano de reposição e a suspensão do limite rígido de 2 horas diárias, deixando a critério do Servidor e da Unidade.

Segundo a Instrução, o desconto será mantido até a ocorrência da efetiva reposição.

A IN também criou um teto de 2 horas de reposição por dia, para alguns cargos, o que não foi negociado. Para quem tem muitos dias a repor, isso literalmente inviabiliza a sua conclusão nos dias úteis, até dezembro, obrigando a reposição também aos sábados.

Orientamos para que os servidores assinassem o Plano de Reposição Individual. A adesão formal ao Plano é o ato que documenta o cumprimento do Acordo e sustenta os direitos que a **APROFEM** está defendendo na Justiça. Com base nas orientações previstas na Instrução Normativa nº 24/2026, a **APROFEM** organizou as informações do Plano de Reposição em um modelo de preenchimento simplificado, com o objetivo de auxiliar os Filiados no preenchimento e envio correto do documento dentro do prazo estabelecido pela SME.

Em reunião realizada no último dia 11 de junho, representantes da Entidade discutiram com interlocutores da SME questões que vêm gerando preocupação entre os educadores. Como resultado direto dessas tratativas, a Secretaria Municipal de Educação publicou o Comunicado SME nº 261/2026, esclarecendo que as faltas registradas não prejudicarão a aferição da assiduidade integral ("zero falta"), um dos pontos centrais defendidos pela **APROFEM**. Embora esse avanço represente uma relevante resposta às reivindicações apresentadas pela Entidade, ainda persistem questões relevantes sem solução, especialmente em relação aos descontos realizados de forma antecipada e a outros aspectos que impactam diretamente os direitos dos Profissionais da Educação. Diante desse cenário, a **APROFEM** segue atuando de forma firme e responsável em duas frentes: buscando manter o diálogo com a Administração Municipal e atuando junto ao Judiciário, a fim de assegurar os direitos da categoria.

Lei nº 18.463, de 13/05/2026

Revisão Geral Anual de Remuneração dos Servidores Públicos Municipais



Relação dos vereadores que votaram pela aprovação da Lei, **traindo** a confiança dos servidores:

Adrilles Reis Jorge, Amanda Vettorazzo, André Santos, Cris Monteiro, Danilo do Posto de Saúde, Dr. Milton Ferreira, Dr. Murilo Lima, Dra. Sandra Tadeu, Edir Sales, Ely Teruel, Fabio Riva, Gabriel Abreu, George Hato, Gilberto Nascimento Jr., Isac Félix, Janaina Paschoal, João Jorge, Kenji Ito, Lucas Pavanato, Major Palumbo, Marcelo Messias, Pastora Sandra Alves, Ricardo Teixeira, Roberto Tripoli, Rubinho Nunes, Rute Costa, Sandra Santana, Sansão Pereira, Sargento Nantes, Sidney Cruz, Silvão Leite, Silvinho Leite, Simone Ganem, Thammy Miranda, Zoe Martínez.



Relação dos vereadores que votaram contra a aprovação da Lei, **honrando** a confiança dos servidores:

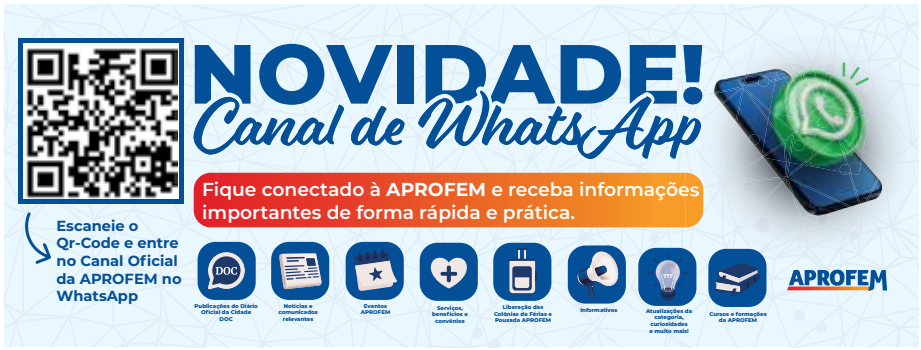
Alessandro Guedes, Amanda Paschoal, Celso Giannazi, Dheison Silva, Eliseu Gabriel, Hélio Rodrigues, Jair Tatto, João Ananias, Keit Lima, Luana Alves, Luna Zarattini, Marina Bragante, Professor Toninho Vespoli, Renata Falzoni, Senival Moura, Silvia da Bancada Feminista.

NESTA EDIÇÃO

Conheça os Benefícios para os filiados APROFEM ..... **Páginas 3, 4 e 5**

O comprometimento da saúde dos Profissionais da Educação ..... **Página 6**

Assuntos tratados na Reunião de Representantes Sindicais da APROFEM ..... **Página 8**







A **APROFEM** é extremamente criteriosa na seleção de seus parceiros, visando à qualidade das parcerias. Entretanto, a responsabilidade pela qualidade, valores, cobranças, coordenação, validação de diplomas, emissão de certificados é exclusiva do prestador, cuja contratação é direta com o filiado interessado.

JORNAL APROFEM
INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Jornal APROFEM é uma publicação bimestral da **APROFEM**, dirigida aos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo. Jornalista Responsável pela diagramação, Janio T. Ribeiro – MTb. 12.359. **OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.**

EXPEDIENTE

Diretor Responsável: ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR
Produção Gráfica: Janio T. Ribeiro/JS Comunicação **Tiragem:** 60.000 exemplares
Circulação Dirigida com Distribuição Gratuita

APROFEM SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO
Fundado em 28 de outubro de 1981

Sede Própria: Rua Humaitá, 483 – Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 01321-010 – Central de Atendimento: 3292-5500 – Portal: **www.aprofem.com.br**

DIRETORIA

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR
Vice-Presidente - MARGARIDA PRADO GENOFRE
Secretário Geral - ANDRÉA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO
Tesoureiro Geral - TERESA CRISTINA SERIPIERRI
1º Secretário - JOSÉ FLAVIO PINTO
1º Tesoureiro - LEILA MARTINEZ SOUTO
2º Secretário - PAULO SOARES DA ROCHA
2º Tesoureiro - DÉBORA DIMITROV PEDROMO DOMICIANO

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO DE GESTORES/ESPECIALISTAS
ROSANA DE OLIVEIRA NASCIMENTO – ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS
EDIVANI GIOVANETTI – MARCOS MANOEL DOS SANTOS – MÁRCIO ROBERTO THOMAZ

DEPARTAMENTO DE DOCENTES
LUCIANA SILVA MARINHO – CARLA MARINA INOUE – IONE OLIVEIRA DE CARVALHO
JOÃO LUIZ MARTINS – ÉRICA FERREIRA DAMASCENO ALVES

III - ADMINISTRATIVOS, TÉCNICOS E OPERACIONAIS
ROGÉRIO ALVES DIAS *(IN MEMORIAM)* – MONIKA GIZELA PILLAT REIS
ÁLAN DE MORAES TORELLI – LAFAYETTE CESAR CODINHOTO

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS:
BENILDE SILVA
ELAINE BARRIONUEVO BELMONTE KIM
REGINA CLEMENTINA PAGLIONE

MEMBROS SUPLENTES:
CÉLIA PRADO GENOFRE
JOSEFINA DE ASSUNÇÃO CARMASSI MIGUEL
SOLANGE APARECIDA ORVALHO PEREIRA

Prova Nacional Docente (PND)

O MEC divulgou recentemente os resultados da Prova Nacional Docente (PND), conhecida como "Enem dos professores". Essa é a primeira edição da PND e teve adesão de 1.508 municípios (incluindo 18 capitais) e 22 redes estaduais.

A prova, criada pelo MEC, não é uma condição para acessar a carreira, mas pode ser utilizada pelas redes para selecionar os docentes. No ano passado, 17 licenciaturas foram avaliadas na prova. Concluintes e profissionais já formados participaram da avaliação.

Entre os 760.118 professores de educação básica (infantil, fundamental I e II, e ensino médio) que fizeram a prova, 266.322 não atingiram o nível de proficiência, ou seja, ficaram abaixo de 50 pontos em um universo de 100. O número corresponde a 35% dos docentes avaliados na PND.

Das áreas avaliadas, Matemática foi a que teve menor número de professores proficientes, seguida de Artes e Letras. Já as áreas de Ciências Humanas e Ciências tiveram o maior índice de docentes aptos.

Parceria APROFEM, GETUSSP e CIE oferece preparação para a PND 2026

Filiados APROFEM e familiares recebem desconto especial

A **APROFEM** firmou parceria com a **GETUSSP** e o **CIE** para oferecer cursos on-line preparatórios para a Prova Nacional Docente (PND) 2026 nas áreas de Formação Geral, Pedagogia, Artes, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Matemática e Língua Portuguesa.

Os cursos contam com aulas ministradas por profissionais com experiência nas Redes Municipal e Estadual de Ensino, conteúdo atualizado conforme o edital, acesso flexível à plataforma, materiais de apoio, simulados e espaço para esclarecimento de dúvidas.

Entre os diferenciais está a preparação para a etapa discursiva, com orientações específicas, propostas de exercícios e correção individualizada das produções realizadas pelos participantes.

Benefício exclusivo

Filiados à **APROFEM** e seus familiares têm direito a 20% de desconto em qualquer disciplina ou modalidade do curso, utilizando o cupom APROFEM20 no momento da matrícula.

Acesse o link para mais informações:

https://professores.centrointegradodeensino.com.br/educacao-getussp-aprofem-cie-pnd

CURTAS

Nomeação de PEIs e ATEs

Conforme publicado no Diário Oficial da Cidade, de 15/06/2026, foram autorizadas as nomeações de 486 Professores de Educação Infantil e 653 Auxiliares Técnicos de Educação.

A **APROFEM** destaca que a nomeação é extremamente importante, porém o número de cargos vagos para PEIs e ATEs é preocupante e permanece em déficit, devido à falta de convocações, de Concursos Públicos e de valorização dos Profissionais de Educação.

A **APROFEM** seguirá comprometida e incisiva nas reivindicações já apresentadas e defenderá a valorização e a melhoria para todos os servidores da Rede Municipal de Ensino.

CURSOS EAD – mais 15.000 vagas para filiados!

Formações homologadas pela SME e gratuitas

Para os meses de julho e agosto, a **APROFEM** segue com sua agenda de formações homologadas, gratuitas e exclusivas para seus filiados, com mais 15.000 vagas que serão oferecidas para a realização de cursos on-line.

Confira os próximos temas:

- Promoção da Saúde na Escola: Diálogos com o Currículo da Cidade
- Práticas Pedagógicas na Educação Infantil
- Entre contos, canções e brincadeiras
- Teatro como ferramenta pedagógica
- Leitura, escrita e resolução de problemas nas aulas de Matemática
- Segurança Digital da Criança e do Adolescente On-line: responsabilidade de todos

**temáticas sujeitas a alterações.*

CANTINHO DO PORTUGUÊS

Tratante

Prof. Arnaldo Ribeiro dos Santos *

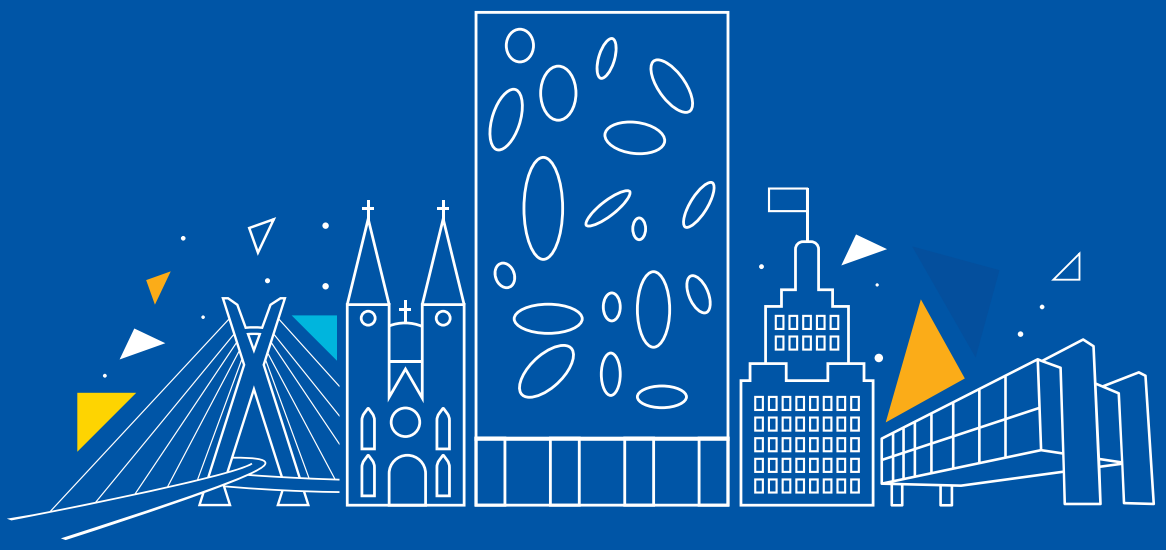
Nos estertores do século XVIII, empregava-se o termo tratante para designar "um negociante, *homem de Tratos*, vendendo em *grosso*[1] e não a varejo; contratador, caracterizado pelo interesse no tráfego das mercadorias, associação aos navegadores". [2]

Entretanto, a "incidência maliciosa, astúcias e tretas ardilosas nos *trautos* (contrato ou acordo)" concorreram para a transformação desmoralizante do vocábulo: ***tratante***."

Oportuno ressaltar que "tal vocábulo é unicamente aplicado como injúria' apenas 'em Portugal e Brasil", onde passou a ser *sinônimo de desonesto, falso, não merecedor de crédito.*"

(*) **Prof. Arnaldo Ribeiro dos Santos** é diretor da **APROFEM**

1- A expressão "em grosso" é normalmente usada como sinônimo de "por atacado" (comércio de grandes quantidades).
2- CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções tradicionais no Brasil*. São Paulo: Global, 2004, p. 210. In: HANOTAUX, Gabriel. *La France en 1614: La France et.la ROYAUTE avant RICHELIEU*, Editeur, producteur: Firmin-Didot, 1898.
3- PIMENTA, Reinaldo. *A casa da Mãe Joana*. 2. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 2004, p. 213.



Conheça os benefícios
para os Filiados APROFEM

- **WELLHUB**
- **CURSOS EAD APROFEM**
- **LEITURA DO DIÁRIO OFICIAL**
- **ASSISTÊNCIA JURÍDICA**
- **PLANO DE SAÚDE INTERMÉDICA**
- **CURSOS LIVRES E DE IDIOMAS**
- **DENTISTA GRATUITO**
- **SUPORTE E ORIENTAÇÕES TECNOLÓGICAS**
- **PSICOLOGIA**
- **PARCERIAS COM DESCONTOS**
- **FISIOTERAPIA**
- **ASSISTÊNCIA FUNERAL COM SEGURO**
- **BENEFÍCIO FARMÁCIA:** *DROGASIL/DROGA RAIA, COM DESCONTO*

Além de uma ampla rede de benefícios e convênios, a Entidade possui Colônias de Férias e Pousada, que reforçam o objetivo de proporcionar mais qualidade de vida, economia, bem-estar, apoio e cuidado para os Filiados e seus dependentes.

Acesse aqui e saiba mais

Conheça as Colônias de Férias e Pousada APROFEM >>>>>>>

APROFEM 45 ANOS
REPRESENTATIVIDADE, COMPROMISSO E CONQUISTAS

COLÔNIAS DE FÉRIAS E POUSADA APROFEM

Descanso, lazer e qualidade de vida para os Filiados

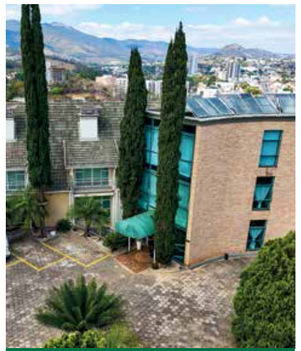
Em meio à rotina intensa das Unidades Educacionais e de outras Unidades Municipais, encontrar tempo para descansar e desacelerar se tornou essencial. Pensando nisso, a APROFEM investe continuamente em espaços de lazer e acolhimento para proporcionar aos Filiados experiências de descanso, turismo e convivência em algumas das regiões mais encantadoras do estado de São Paulo.

As Colônias de Férias e Pousada da APROFEM unem localização privilegiada, contato com a natureza, conforto e economia.

São destinos ideais para viagens em família, finais de semana prolongados, férias escolares ou simplesmente para uma pausa necessária da correria do dia a dia. Além da excelente estrutura, um dos grandes diferenciais é a possibilidade de aproveitar destinos turísticos muito procurados, com condições acessíveis e exclusivas para Filiados.

ATIBAIA

Rua Treze de Maio, 208 – Centro – Atibaia



A apenas 65 km da capital, a Colônia APROFEM em Atibaia oferece clima de montanha, belas paisagens e vista para a Pedra Grande, em localização privilegiada no centro da cidade.

Ideal para:

- ✔ Descanso
- ✔ Família
- ✔ Turismo de natureza





O que fazer em Atibaia?

- Pedra Grande
- Parque Edmundo Zanoni
- Teleférico do Lago do Major
- Cafés e gastronomia local

BOIÇUCANGA

Rua Sargento Filisbino Teodoro Silva, 184 – Praia de Boiçucanga



Entre Maresias e Camburi, Boiçucanga reúne praias, Mata Atlântica preservada e um dos pores do sol mais famosos do litoral norte paulista.

Ideal para:

- ✔ Praia
- ✔ Natureza
- ✔ Viagens em grupo e família





O que fazer em Boiçucanga?

- Pôr do sol na Praça Pôr do Sol
- Trilhas e cachoeiras
- Passeios e gastronomia local

PERUÍBE

Rua Regente Feijó, 87 – Jd. Nova Peruíbe – Peruíbe



Próxima à praia e cercada por natureza preservada, a Colônia APROFEM em Peruíbe oferece tranquilidade e fácil acesso aos atrativos do litoral sul.

Ideal para:

- ✔ Praia
- ✔ Ecoturismo
- ✔ Descanso em família





O que fazer em Peruíbe?

- Praias e cachoeiras
- Estação Ecológica Juréia-Itatins
- Trilhas e ecoturismo

PRAIA GRANDE

Rua Itapura, 59 – Guilhermina – Praia Grande



Em localização estratégica, próxima à praia, comércio e feira de artesanato, a Colônia APROFEM em Praia Grande une praticidade e lazer.

Ideal para:

- ✔ Viagens rápidas
- ✔ Praia
- ✔ Lazer em família





O que fazer em Praia Grande?

- Orla da praia
- Feira de artesanato
- Quiosques e ciclovias

CAMPOS DO JORDÃO

Rua Senador João Sampaio, 49 – Capivari – Campos do Jordão



No coração de Capivari, a Pousada APROFEM em Campos do Jordão fica próxima às principais atrações da cidade, conhecida pelo clima serrano e charme europeu.

Ideal para:

- ✔ Turismo de inverno
- ✔ Casais
- ✔ Gastronomia e lazer



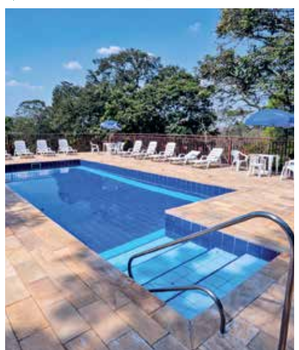


O que fazer em Campos do Jordão?

- Bairro Capivari
- Teleférico e ecoturismo
- Cafeterias e chocolaterias

SÃO ROQUE

R. Geraldo Nogueira Jordão, 608 – Caetê – São Roque



Com muito verde e clima acolhedor, a Colônia APROFEM em São Roque é ideal para descanso e para aproveitar a tradicional Rota do Vinho.

Ideal para:

- ✔ Turismo gastronômico
- ✔ Descanso
- ✔ Família





O que fazer em São Roque?

- Rota do Vinho
- Vinícolas, empórios e gastronomia
- Trilhas e natureza

SÃO FRANCISCO XAVIER

EM BREVE!



A nova Colônia de Férias/Pousada APROFEM em São Francisco Xavier (Distrito de São José dos Campos) está sendo preparada em meio à natureza da Serra da Mantiqueira, com clima de montanha e proposta voltada ao descanso e bem-estar.

Ideal para:

- ✔ Natureza
- ✔ Turismo sustentável



O que encontrar em São Francisco Xavier?

- Trilhas e cachoeiras
- Piscina com vista para as montanhas
- Gastronomia regional

CONFORTO, ACESSIBILIDADE E ACOLHIMENTO!

As Colônias de Férias e a Pousada APROFEM contam com apartamentos adaptados para Pessoas com Deficiência (PCD), reafirmando o compromisso da Entidade com inclusão, acessibilidade e bem-estar. As reservas são realizadas exclusivamente pelo ***Portal APROFEM***, garantindo praticidade, segurança e organização para os Filiados.

Conheça todas as Colônias e faça sua reserva pelo ***Portal APROFEM***.

JORNAL APROFEM

O comprometimento da saúde dos Profissionais da Educação

Duas matérias distintas e um diagnóstico semelhante (e preocupante)

Saúde mental dos Educadores: um tema que não pode mais ser ignorado

Sobrecarga, adoecimento e falta de apoio afetam cada vez mais os Profissionais das Unidades Educacionais

A realidade enfrentada pelos Profissionais da Educação foi retratada em uma ampla pesquisa realizada pelo Centro de Estatística Aplicada (CEA) do Instituto de Matemática e Estatística da USP (IME-USP), em parceria com a **APROFEM**. O estudo ouviu **mais de 2.500** Profissionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e revelou um cenário preocupante.

Segundo a pesquisa, 63,5% dos entrevistados precisaram se afastar do trabalho por problemas de saúde nos últimos 12 meses. Entre as ocorrências mais relatadas estão: hipertensão, diabetes, problemas ortopédicos, respiratórios e de coluna.

O estudo também revelou um elevado índice de adoecimento emocional: mais de **84%** dos participantes declararam sofrer algum tipo de transtorno relacionado à saúde mental. Entre os principais problemas relatados estão ansiedade (37%), ansiedade associada à depressão (36%), Síndrome de Burnout (7%) e depressão (4%).

Outro dado preocupante é que **62,5%** dos profissionais afirmaram ter sofrido algum tipo de violência no ambiente de trabalho no último ano, incluindo agressões verbais, intimidações e até agressões físicas.

Segundo a coordenadora da pesquisa, um dos principais fatores identificados foi a sobrecarga de trabalho, que impacta diretamente o tempo de vida, a saúde e o bem-estar dos Profissionais da Educação.

Cuidar de quem cuida da Educação

Nos últimos anos, a saúde mental dos Educadores tem se tornado uma preocupação crescente diante de uma rotina marcada por sobrecarga de trabalho, acúmulo de responsabilidades e desafios cada vez maiores. Os profissionais lidam diariamente com demandas administrativas, atendimento às famílias, inclusão escolar, falta de pessoal e outras situações que exigem atenção constante.

Além disso, o trabalho na Educação não termina quando os estudantes vão embora. Planejamentos, registros, reuniões, formações e diversas atividades burocráticas fazem parte do cotidiano dos profissionais.

Quando essas tarefas se somam à falta de servidores e ao aumento constante das demandas, surgem sinais de alerta como cansaço excessivo, ansiedade, irritabilidade, insônia e dificuldade de concentração. Muitas vezes, esses sintomas acabam sendo vistos como algo normal, quando na verdade podem indicar um processo de adoecimento.

Não à toa, o curso EAD da **APROFEM** "Saúde Mental e Direitos Humanos" teve recorde de inscrições e de participantes efetivos. Durante a aula síncrona, os relatos intensos e variados dos participantes da formação reforçaram a preocupante situação nas Unidades Educacionais – e o quanto é urgente debater o assunto e implementar políticas públicas para o enfrentamento do problema.

A prevenção precisa ser prioridade

Especialistas apontam que ações preventivas são fundamentais para enfrentar esse cenário. A **APROFEM** tem alertado para a necessidade de investimentos efetivos na valorização dos Educadores, com redução da sobrecarga, melhoria da infraestrutura das Unidades Educacionais, fortalecimento das equipes de apoio e ampliação do quadro de servidores. Mais do que tratar o adoecimento, é necessário criar condições para evitá-lo.

Em uma Rede que enfrenta desafios cada vez mais complexos, discutir saúde mental é discutir também a qualidade da Educação. Afinal, quem dedica a vida a educar crianças, jovens e adultos também precisa ser cuidado.

ESPAÇO ABERTO

"Professores em Alerta: A Saúde Docente em Risco e a Urgência de Políticas Públicas Eficazes"

Profa. Viviane Bastos da Silva, filiada da APROFEM

Foi realizado um levantamento exploratório, ao longo de cerca de cinco dias, no final de 2025, com a participação de 91 Profissionais da Educação, com diferentes níveis de formação e funções. O objetivo foi identificar os principais fatores que têm afetado o exercício docente e a saúde desses trabalhadores.

Os dados foram coletados por meio de Google Forms, garantindo-se o anonimato dos participantes, e com o link divulgado por WhatsApp, contatos pessoais e grupos dos quais a pesquisadora participa.

A amostra foi definida por critério de conveniência, tendo como requisito de participação a atuação na área da Educação, principalmente nas redes públicas municipal e estadual, incluindo profissionais efetivos, contratados e estagiários.

Ao refletir sobre o tema e analisar as respostas, observei que se trata de um tema complexo, que exige estudos mais aprofundados e investigativos, pois há muitas ramificações importantes para serem abordadas. São necessárias outras pesquisas, que serão realizadas no decorrer dos próximos meses. Notei também que há pouca literatura sobre essa situação, que ultimamente está tão presente nas Unidades Educacionais.

Na pesquisa foram contabilizados 91 participantes, até a data de elaboração desse artigo.

- Dos participantes: Referente ao Cargo:
  - 54% são Professores de Educação Infantil
  - 28% são Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I
  - 11% são Professores do Ensino Fundamental II
  - 2% ATE
  - 1% Coordenador, Assistente de Diretor, Estagiário e Professor Aposentado
- Referente à maior dificuldade com a turma:

Com a análise das respostas da pesquisa identificamos que a maior dificuldade enfrentada pelos professores na sala de aula tem sido lidar com crianças com alto grau de desregulação emocional, reativa e impulsiva. Nesse requisito foram apontadas 64,8% de respostas pelos participantes ficando em 2º lugar a falta de apoio e as salas lotadas, com 54%.

O trabalho com crianças pequenas exige intensamente tanto no aspecto mental quanto físico. Os profissionais precisam mobilizar grande quantidade de energia, além de manter empatia, atenção constante e vigilância (RENTZOU, 2013). Nos relatos das participantes, observou-se que as demandas relacionadas ao manejo de comportamentos agressivos, somadas a indícios de ineficácia na organização, formação e suporte dentro da escola, ampliam ainda mais essas exigências. Isso ocorre tanto no aumento das tarefas diárias quanto na carga emocional envolvida, contribuindo para uma maior sensação de desgaste entre as profissionais.

A vivência constante de situações de violência, falta de respeito e acúmulo de responsabilidades (como ter que lidar com crises sem o respaldo necessário) é reconhecida como um fator que contribui para o adoecimento de professores, aumentando casos de estresse, ansiedade, depressão e esgotamento profissional (Burnout). Pesquisas no campo educacional demonstram uma relação entre a violência no ambiente escolar, a fragilidade das estruturas institucionais e o sofrimento docente, o que acaba afetando tanto a qualidade do ensino quanto a continuidade desses profissionais na carreira. A ausência de políticas de prevenção e de apoio efetivo por parte das instituições intensifica ainda mais esse quadro.

- Referente à questão sobre considerar o ambiente de trabalho saudável

Foi identificado que 51,7% consideram que o local de trabalho não é saudável e 35% informaram que, às vezes, é saudável.

Notou-se que os sentimentos dos profissionais frente aos casos de agressão das crianças podem influenciar ativamente em sua saúde; foram encontrados sentimentos de desgaste dos profissionais, sensação de impotência e confusão frente a alguns casos, bem como raiva e mágoa, indiretamente. A principal sensação relatada foi a de desgaste por causa da sobrecarga de tarefas, como a de cuidar de uma sala cheia ao mesmo tempo que tenta intervir nas agressões das crianças.

Os profissionais sentem que os seus esforços, muitas vezes, são em vão, quando não encontram o apoio necessário por parte de outros integrantes da Equipe Escolar e das famílias para darem continuidade à intervenção de determinados casos.

- Referente à questão de serem desrespeitados e se sentirem perseguidos

Os professores relataram que 87,4% já passaram por essa situação, causada por chefias (46%) e pelas famílias (44,8%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender como os Profissionais da Educação Infantil lidam com as manifestações de comportamentos agressivos em seu cotidiano de trabalho, foi possível **observar que os professores costumam observar e analisar o que está acontecendo na sala de aula** como um todo – como os alunos se comportam, como interagem e como a aula está fluindo.

E essa prática é uma das mais usadas.

Ao fazer isso, eles conseguem perceber com mais clareza o que está acontecendo, por que acontece e como agir da melhor forma.

De acordo com os relatos, as manifestações de comportamentos agressivos intensificam a sensação de sobrecarga, pois aumentam as demandas e exigências no cotidiano da sala de aula. Além disso, muitas vezes não resta assegurado o apoio, formação ou orientação adequados a todos os funcionários. Dessa forma, os professores relatam sentir-se inseguros e desamparados, já que, ao intervir para conter a situação, podem ser acusados de agressão, enquanto, se optarem por não intervir, podem ser responsabilizados por negligência.

REFERÊNCIAS

RENTZOU, K. Prevalence of burnout syndrome of Greek child care workers and kindergarten teachers. Education 3-13: International Journal of Primary, Elementary and Early Years Education, v. 43, n. 3, p. 249-262, 2013. Disponível em: *https://doi.org/10.1080/03004279.2013.804853*. Acesso em: 08/01/2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: *https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977*. Acesso em: 08/01/2022.

Vicente, L. H. O.; Serralha, C. A. "O manejo de comportamentos agressivos na educação infantil: relatos de profissionais." *Revista Linguagem, Educação e Sociedade*, 2022. (estudo sobre práticas e dificuldades de manejo na educação infantil).

Obs.:O *Jornal APROFEM* oferece, com o título de Espaço Aberto, uma coluna para que as Escolas, CEIs e demais Unidades de todas as Secretarias Municipais, bem como os servidores municipais filiados à Entidade e Profissionais de áreas diversas exponham, democraticamente, opiniões e trabalhos de destaque executados dentro e fora da sala de aula, mesmo que essas opiniões contrariem o pensamento da Entidade. Reservamo-nos, no entanto, dada a programação da editoria, o direito de resumir o teor das matérias, após triagem prévia.

Relatório Crítico da APROFEM

Audiência Pública de prestação de contas da Secretaria de Educação (SME) – 1º Trimestre de 2026

Local: Câmara Municipal da Capital

Participantes: Secretário Municipal de Educação; Vereadores da Comissão de Educação, Cultura e Esportes; Diretores da APROFEM (dentre outros)

1. Introdução e Contextualização

A Audiência Pública realizada em 29 de abril de 2026 teve como objetivo a apresentação do relatório de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação (SME). Ainda que marcada por exposição de números expressivos, o debate evidenciou contradições entre o volume de recursos disponíveis e a realidade enfrentada nas Unidades Educacionais.

2. Estrutura da Rede: Expansão sem Condições Adequadas

A Rede Municipal de Ensino segue como uma das maiores do país:

- Mais de 4,1 mil Unidades Educacionais (1.600 diretas, 2.400 "parceiras", 63 CEUs);
- Mais de 1 milhão de estudantes;
- Rede Direta: Cerca de 153,9 mil Profissionais, dos quais 66,5 mil são professores.
- Rede Parceira: Cerca de 112,5 mil Profissionais, dos quais 39,2 mil são professores.

Entretanto, o crescimento quantitativo não tem sido acompanhado por condições adequadas de trabalho, tampouco pela garantia de equipes completas nas escolas. Persistem relatos de sobrecarga, ausência de substitutos e precarização do cotidiano escolar.

3. Orçamento do 1º Trimestre/2026: Alto Investimento, Baixa Efetividade na Base

Os dados apresentados revelam:

- R$ 89,4 bilhões em receitas provenientes de impostos;
- R$ 17,7 bilhões efetivamente investidos (19,84%);
- R$ 8,7 bilhões oriundos do Fundeb.

Observa-se que o maior gasto continua concentrado na máquina administrativa, enquanto demandas essenciais das Unidades Educacionais seguem parcialmente atendidas. A ausência de concursos públicos e a manutenção de cargos vagos evidenciam uma política de contenção de pessoal incompatível com a dimensão da Rede.

4. Programas e Ações: Avanços Pontuais e Uso Político

Programas como:

- Fila zero em creches;
- Transporte Escolar Gratuito;
- Leve Leite;
- Recreio nas Férias;
- Escola Aberta;

são apresentados como avanços, porém carecem de análise qualitativa mais aprofundada. Há indícios de que parte dessas ações opera mais como resposta imediata e política do que como política estruturante de longo prazo.

Destaca-se também:

- 2,7 milhões de refeições diárias;
- 362 mil beneficiários do Leve Leite;
- 119 mil participantes no Programa Escola Aberta.

Apesar dos números expressivos, profissionais apontam dificuldades operacionais e sobrecarga para execução desses programas nas Unidades.

5. Aprendizagem: Resultados Questionáveis Frente à Realidade

A SME aponta:

- 53% das crianças alfabetizadas;
- Crescimento progressivo (38% → 48% → 53%).

Ainda que superiores à meta nacional, tais índices devem ser analisados com cautela, considerando:

- Condições desiguais entre Unidades;
- Pressão por resultados;
- Padronização excessiva de materiais e avaliações.

Há preocupação quanto à efetividade real desses avanços no cotidiano pedagógico.

6. Expansão e Inclusão: Discurso versus Prática

Entre os destaques:

- Ampliação do ensino integral (145 mil estudantes);
- Ampliação do quadro para 1.241 professores da Educação Especial (PAEEs);
- Inauguração de novos CEUs.

Contudo, denúncias indicam:

- Insuficiência de Auxiliares de Vida Escolar (AVEs) – 2.891 para toda a Rede;
- Inclusão que não se efetiva na prática;
- Dependência de profissionais temporários e estagiários.

A expansão ocorre sem a devida consolidação das condições estruturais e humanas necessárias.

7. Políticas Sociais: Importantes, porém insuficientes

Programas como:

- Mães Guardiãs;
- Atendimento oftalmológico (277 mil estudantes, de novembro/2023 a março/2026);
- Apoio a estudantes migrantes;

são relevantes, mas não substituem a necessidade de investimento direto na valorização dos Profissionais da Educação e na melhoria das condições de trabalho nas UEs.

8. Principais Críticas Apresentadas na Audiência

Durante a audiência, foram levantados pontos centrais:

- Falta de concursos públicos e existência de milhares de cargos vagos;
- Ausência de professores substitutos, resultando em junção de turmas;
- Fragilidade na inclusão escolar;
- Baixa participação de professores temporários nos processos pedagógicos;
- Necessidade urgente de ampliação do quadro de AVEs.

9. Considerações Finais

A apresentação da SME evidencia um cenário de forte investimento financeiro aliado a uma narrativa de avanços. No entanto, a realidade apontada por profissionais e representantes da educação demonstra:

- Precarização das condições de trabalho;
- Insuficiência de profissionais nas unidades;
- Políticas públicas com caráter mais quantitativo do que qualitativo;
- Distanciamento entre gestão central e cotidiano escolar.

Reitera-se a necessidade de:

- Realização imediata de concursos públicos;
- Valorização efetiva dos Profissionais da Educação;
- Ampliação das equipes escolares completas;
- Fortalecimento de políticas estruturantes, e não apenas compensatórias.

Este relatório reafirma o compromisso com a defesa da escola pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social, bem como com a valorização dos Profissionais que sustentam cotidianamente o funcionamento da Rede Municipal de Ensino.

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Criado para incrementar a remuneração e valorizar os docentes, o Fundeb pode ter tido um efeito colateral adverso, impulsionando uma espécie de precarização do magistério nas redes municipais, com o incentivo da contratação de professores temporários.

Os pesquisadores associam o aumento da contratação dos temporários à entrada em vigor das regras do chamado Novo Fundeb, em 2021. Naquele ano, ficou determinado que a complementação da União para abastecê-lo, então de 10%, subiria de maneira gradual até chegar a 23% este ano. Já o montante dos recursos recebidos pelos prefeitos que devem ser gastos com a remuneração dos professores passou de 60% para 70%.

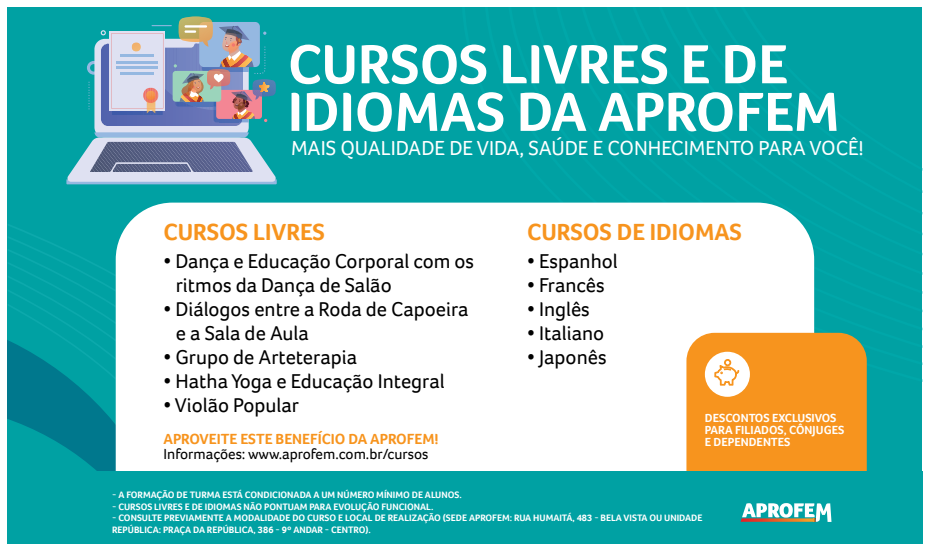
Esse recente movimento não é aleatório: trata-se de uma decisão política. Como são obrigados a gastar mais com remuneração, aos prefeitos não restou alternativa a não ser contratar professores temporários para evitar o aumento dos gastos permanentes, como os reajustes de salários e a contratação de professores efetivos.

> **O Prefeito da Capital parece utilizar essa constatação como pérfido pretexto para afrontar os Profissionais Estatutários da Rede Municipal de Ensino, concedendo apenas arremedos de reajustes, enquanto direciona vultosos recursos da Educação para a sua Rede "Parceirizada".** *(Opinião da APROFEM)*

De um lado, há uma legítima preocupação com as contas públicas e, de outro, há a necessidade de oferecer educação básica de qualidade. E a contratação de professores temporários em nada ajuda. Ao contrário: esses profissionais têm formação de baixa qualidade, são menos experientes, não criam vínculos com a comunidade escolar e não executam o projeto pedagógico de forma continuada. E tudo isso prejudica o nível de aprendizagem dos alunos.

Trechos de matéria publicada no Estadão, 08/06/2026, A18





JORNAL APROFEM

Assuntos(*) tratados na Reunião de Representantes Sindicais da APROFEM *(realizada em 09/06/2026)*

(*) Dentre outros

PAUTA

Atenção: A **Pauta da Reunião** está disponibilizada para consulta no ***Portal APROFEM***

SERVIÇOS – INFORMES

✓**VISITAS ÀS UNIDADES MUNICIPAIS**
- Equipes de Assessoria
  - Sistemáticas, com planejamento logístico
- Diretores da APROFEM
  - Tratativas com as Equipes Escolares, priorizando pedidos da Equipe Gestora ou da(o) Representante Sindical

  Temas (dentre outros): Privatização das UEs; Segurança nas UEs/ Fatores de Risco e a Responsabilidade pelos alunos; Saúde dos servidores; Assédio moral e Burnout; Evolução Funcional; Direitos e deveres; Educação antirracista; Desafios da Avaliação da Aprendizagem; Atuação da Entidade; Pauta Geral de Reivindicações

✓**CURSOS EAD HOMOLOGADOS (GRATUITOS PARA FILIADOS)**
- Maio/Junho: 4 (quatro) cursos – 11.500 vagas
- Julho/Agosto (previsão): 6 (seis) cursos – mais de 15.000 vagas
- Totais para o 1º semestre/2026: 14 cursos – 36.500 vagas

✓**SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS (DENTRE OUTROS)**
- Colônias de Férias e Pousada
- Assistência jurídica
- Dentista (gratuito – exclusivo para filiados)
- Wellhub - inclusão de dependentes (promoção por liberalidade e sujeita às condições da plataforma). Necessária permanência do titular
- Plano de Saúde
- Assistência funeral, com seguro agregado – gratuita
- Suporte e orientações tecnológicas
- Leitura do DOC
- Benefício farmácia (Drogasil/Droga Raia)
- Parcerias diversas

✓**JORNAL APROFEM**
- Dinamização da versão eletrônica
- Modulação da versão impressa
  - Edição trimestral
  - Imperativo ecológico
  - Prioridade: grandes matérias, complementares ou não às abordagens da versão eletrônica, e divulgação dos serviços e atuação da Entidade

✓**CANAL DE WHATSAPP APROFEM**
- A APROFEM lançou seu Canal Oficial no WhatsApp, um novo espaço de atualizações, informações e comunicação com Filiados e demais servidores municipais.
- Como o WhatsApp já faz parte do dia a dia de milhares de pessoas, o canal foi criado para aproximar ainda mais a Entidade da categoria, oferecendo acesso rápido e prático às principais informações, diretamente no celular.

No canal, você encontrará:
- Publicações do Diário Oficial
- Notícias e comunicados relevantes
- Eventos da APROFEM (Congresso, Seminário e Formações)
- Benefícios, convênios e serviços oferecidos pela Entidade
- Informações sobre Colônias de Férias e Pousada
- Informativos e atualizações para a categoria
- Cursos e formações da APROFEM
- Conteúdos de interesse dos servidores municipais
- E muito mais

Fique conectado(a) e receba as principais informações da APROFEM, de forma rápida, prática e segura

ASSUNTOS GERAIS

✓**CONJUNTURA**
- Gestão municipal insensível e avessa ao clamor pelo atendimento das demandas essenciais dos servidores municipais
- Cisão das entidades representativas
  - Inoportuna e questionável
  - Revisão Geral Anual (RGA) de 3,51% - avaliação de que poderia ser maior, com uma postura e atuação unificada e coesa das entidades. Probabilidade extensiva ao reajuste dos Pisos do QPE (pífio para os docentes, inexistente para os demais). Demandas complementares, e não excludentes
  - **Posição da APROFEM:** pela atuação unificada
- **Desafio:** persistir na retomada de uma ação conjunta das entidades representativas, resistindo às incursões do prefeito que visam desvalorizar irremediavelmente o servidor público da Rede Direta

✓**PRIVATIZAÇÃO DAS UEs**
- Inserção da previsão de discussão do assunto no Protocolo foi rejeitada pelo Governo
- Relevância do envolvimento e conscientização da comunidade usuária: a APROFEM disponibilizará vídeos e material impresso, priorizando a solicitação dos seus Representantes Sindicais

✓**CAMPANHA SALARIAL PERMANENTE**
- Protocolo de Negociação - Fórum de Entidades
  - Antecipação dos 1,48% para novembro ou dezembro/2026
  - Diálogo para valorização do Vale-Alimentação e do Auxílio-Refeição
  - Criação de canal permanente para discussão sobre as condições estruturais das Unidades e situações emergenciais
  - Plano de climatização dos postos de trabalho
  - Grupo de trabalho sobre saúde mental: continuidade das tratativas
  - Férias - discussão para reavaliar os dispositivos da lei específica
  - Continuidade das discussões sobre Carreira do Quadro de Apoio, utilizando os estudos e propostas do GT específico
  - Mesas Setoriais de Negociação para remuneração, condições de trabalho e concursos dos diversos Quadros e Carreiras da Prefeitura
  - Regulamentação da reposição dos dias/horas não trabalhados
  - Reuniões com as entidades para discussão de diversos temas: remoção para readaptados/estágio probatório; módulos de Profissionais de Educação; dimensionamento de turmas e quadros de servidores - Educação Inclusiva; critérios para atribuição de classes; **ingresso de readaptados na JEIF** *(g.n.)*; obras nos equipamentos municipais; Protocolos de proteção escolar e prevenção à violência na RME; planejamento pedagógico estratégico; conectividade das UEs: telefonia e internet
  - Profissionais de Educação: ações de bem-estar ocupacional e qualidade de vida; ações de prevenção a doenças do trabalho
  - Interlocução com outros órgãos para atendimento médico e administração de remédios a bebês e discentes; proteção escolar, segurança/violência
  - Aprimorar o Sistema de Gestão Pedagógica (SGP)
  - Atendimento na Educação Infantil, evitando ociosidade de turmas na Rede Direta
  - Diálogo com os servidores da Educação e suas Entidades Representativas
- **Regulamentação da reposição** – IN publicada hoje
  - Instrução Normativa SME nº 24, de 08/06/2026. Dispõe sobre a reposição dos dias não trabalhados pelos servidores em decorrência das paralisações que afetaram as atividades das Unidades Educacionais, órgãos centrais e regionais da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências
  - Na revisão da minuta – proposta da APROFEM, de pronto estorno dos descontos, não acatada pela SME
- **Mobilização permanente:** LDO/Orçamento 2027
- Fundo de greve
  - Inviabilizado, em decorrência da inexistência de previsão estatutária

✓**TRANSFORMAÇÃO DE CARGO: PEI → PEIF**
- Expectativa de regulamentação
- Judicialização promovida pela APROFEM
- **Alerta para prudência extrema,** antes de tomar uma decisão irreversível

✓**RESPOSTA DA SME ÀS DEMANDAS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, CONTIDAS NA PAUTA GERAL DE REIVINDICAÇÕES DA APROFEM (OFÍCIO SME 1034/2026)**
- Revogação de artigos danosos da lei nº 18.221/24; GLT – revisão das Unidades abrangidas e revisão/atualização de valores; PDE – revisão de critérios e majoração do valor; Capacitação dos Profissionais; servidores comissionados (ativos e aposentados); Alunos – aspectos disciplinares; Recursos da Educação; EJA; Inclusão; Formação em Contexto; Módulos de professores e do Quadro de Apoio; Jornadas docentes; Redução do número de alunos de classes/turmas/agrupamentos; Quadro de Apoio: Evolução funcional, desvios de função (atividades correlatas)
- A APROFEM adverte tratar-se do posicionamento da SME sobre os assuntos. Assim sendo, sugere-se atenção e senso crítico para os rompantes de exaltação e propaganda. A Entidade recepcionará e encaminhará as manifestações autorizadas, acerca de ponto(s) do documento eventualmente não condizente(s) com a realidade da UE
- Os tópicos abordados não esgotaram os itens da Pauta Geral de Reivindicações

Consulte a íntegra do Ofício através do link abaixo:

https://www.aprofem.com.br/arquivos/publico/uploads/cms/AI3YNSfmwn0S6VzXZGAOJHXAfILHj9T7ZJky5Uiw.pdf

✓**OUTROS ITENS RELEVANTES, SUGERIDOS PELOS FILIADOS**
- **Abono salarial – PASEP**
  - busca de regularização de informações e documentos
- **Educação integral – SPI**
  - Jornadas: revisão/esclarecimentos acerca de horários
  - "Janelas" – lacunas não remuneradas
- **"Descongela"**
  - Luta pelo ato legal autorizativo do pagamento retroativo
- **COGESS e HSPM**
  - Regularização do agendamento e atendimento
  - Respeito ao servidor e prestatividade
- **Folga TRE e falta abonada**
  - Direito do servidor
  - Responsabilidades da chefia
  - Indeferimentos e situações assemelhadas: por escrito, para viabilizar a interposição de recurso em tempo hábil (APROFEM – fale conosco, para atendimento do filiado)
- Regulamentação de liberação dos servidores para participar de Reuniões de Pais e Mestres, para seus dependentes

✓**ASSESSORIA JURÍDICA – AÇÕES JUDICIAIS EMERGENCIAIS**
- JEIF – ciclo 2025/2026
  - Julgada procedente, com recurso para percepção dos retroativos
- Reclamação Constitucional – Lei nº 18.463/2026
  - Questionamento direcionado ao STF
- Módulos de ATEs (IN 40/2025)
  - Tutela negada em 1º grau, mas com plausibilidade reconhecida
  - Aguarda julgamento final em primeira instância
- A Lei 18.463/2026, a ADI e a Reclamação Constitucional

Os artigos do PL 354 aprovados pela Câmara viraram a Lei 18.463/2026. É o segundo ataque legislativo em dois anos, depois da Lei 18.221/2024. O padrão é o mesmo: cada derrota no Judiciário vira um novo projeto de lei tentando reconstruir por baixo o que foi derrubado por cima.

A APROFEM respondeu em duas frentes simultâneas.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi ajuizada no Órgão Especial do TJSP questionando a constitucionalidade da Lei 18.463/2026. O argumento central é que nenhuma lei municipal pode revogar proteções que derivam da Constituição Federal. A irredutibilidade de vencimentos e a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento brasileiro com força de emenda constitucional, estão acima de qualquer lei municipal.

A Reclamação Constitucional foi ajuizada diretamente no Supremo Tribunal Federal, denunciando que a Lei 18.463/2026 viola preceitos constitucionais já reconhecidos pelo STF nas ADPFs em andamento. Estão pendentes de julgamento os embargos de declaração opostos dentro da própria Reclamação.

✓**PROMOÇÃO POR MERECIMENTO: DILAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DE PRAZO**
- A APROFEM encaminhou à Secretaria Municipal de Educação o **Ofício nº 032/2026** solicitando a ampliação do prazo para entrega de títulos no processo de Promoção por Merecimento, bem como a definição de uma data única para encerramento do recebimento da documentação em todas as Diretorias Regionais de Educação.

No documento, a Entidade destacou as dificuldades enfrentadas pelos servidores em razão das demandas do início do ano letivo e das atividades relacionadas à Campanha Salarial 2026, além da necessidade de garantir isonomia e igualdade de condições entre os Profissionais da Rede Municipal de Ensino.

Em resposta, por meio do **Ofício nº 1159/2026/SME-G,** a Secretaria Municipal de Educação informou que o prazo foi alterado, ficando estabelecida a data única de **26 de junho de 2026** para a entrega de títulos pelos servidores e para o recebimento da documentação por todas as 13 Diretorias Regionais de Educação.

A alteração do prazo é resultado da atuação da APROFEM em defesa dos interesses da categoria. Continuaremos acompanhando as demandas relacionadas à Promoção por Merecimento e demais temas da carreira, buscando assegurar condições adequadas e tratamento isonômico aos Profissionais da Rede Municipal de Ensino.

